

SUSANA AIRES DE SOUSA

OS CRIMES FISCAIS

ANÁLISE DOGMÁTICA
E REFLEXÃO SOBRE A LEGITIMIDADE
DO DISCURSO CRIMINALIZADOR



Coimbra Editora

2006

1242418

Composição e impressão
Coimbra Editora, Limitada

ISBN 978-972-32-1432-6

Depósito Legal n.º 246 019/2006

Julho de 2006

	Pág.
Abreviaturas	9
§ 1. Introdução.....	13

PARTE I
O PROBLEMA: A TUTELA PENAL DO FISCUS

CAPÍTULO I
SOBRE O IMPOSTO

§ 2. O imposto enquanto praxis financeira do estado.....	17
§ 3. A economia ou poupança fiscal	42
I. A escolha fiscal <i>intra legem</i>	43
II. A escolha fiscal <i>extra legem</i>	43
III. A escolha fiscal <i>contra legem</i>	48
Referência conclusiva.....	50

CAPÍTULO II
SOBRE A INFRACÇÃO FISCAL

§ 4. A evolução histórico-legislativa no direito português.....	51
§ 5. Os crimes fiscais no RGIT	67
I. A Fraude — artigo 103.º.....	67
1. O tipo objectivo de ilícito.....	67
1.1. O bem jurídico (breve referência) e modelos típicos	67
1.2. Crime de perigo	71
1.3. A conduta	79
1.4. O valor	87
2. O tipo subjectivo	93
3. As formas do crime	95
3.1. Comparticipação.....	95

	Págs.
3.2. Tentativa	99
3.3. Concurso.....	101
4. A pena	111
II. A Fraude Qualificada — artigo 104.º	113
1. Considerações prévias	113
2. O tipo objectivo de ilícito	114
3. O tipo subjectivo de ilícito	119
4. As formas do crime	119
4.1. Comparticipação.....	119
4.2. Tentativa	120
4.3. Concurso.....	120
5. A pena	121
III. O Abuso de Confiança — artigo 105.º	121
1. O tipo objectivo de ilícito.....	121
1.1. Crime de dano.....	121
1.2. A conduta	122
2. O tipo subjectivo de ilícito	132
3. Causas de justificação e de exclusão da culpa	133
4. A punibilidade.....	136
5. As formas do crime	138
5.1. Comparticipação.....	138
5.2. Tentativa	138
5.3. Concurso e continuação criminosa.....	140
5. A pena	144
§ 6. Os crimes fiscais na legislação estrangeira: alguns exemplos significativos	146
I. Direito alemão.....	147
II. Direito italiano.....	152
III. Direito espanhol	157
IV. Direito francês.....	163
Referência conclusiva	166

PARTE II

**A DIFICULDADE NA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA:
A LEGITIMIDADE DA TUTELA PENAL DO *FISCUS***

CAPÍTULO I

SOBRE O BEM JURÍDICO-PENAL

	Págs.
§ 7. O paradigma do bem jurídico. A crise do modelo?	171
I. A progressiva afirmação no direito penal clássico.....	180
II. A dúvida no direito penal económico.....	193
III. A crise no direito penal pós-moderno	201
1. «O direito penal do risco» e a (in)constância do paradigma.....	201
1.1. A teoria monista-pessoal (antropocêntrica) dos bens jurídico-penais.....	204
1.2. A teoria pessoal dualista dos bens jurídicos (supra-individuais)	210
1.3. A teoria dos bens jurídicos «meios» ou instrumentais	215
1.4. A teoria dos bens jurídicos colectivos (autónomos)	218
2. O «direito penal do comportamento» e o abandono do paradigma.	223
§ 8. Excuso: os delitos cumulativos ou de acumulação	226
Referência conclusiva	238

CAPÍTULO II

**SOBRE O BEM JURÍDICO-PENAL PROTEGIDO
NOS CRIMES FISCAIS**

§ 9. O fundamento legitimador das incriminações fiscais	241
1. A natureza jurídica da infracção fiscal	241
I. A teoria administrativista.....	243
2. A teoria penalista	244
3. A teoria dualista.....	246
II. O bem jurídico-penal protegido: as propostas da doutrina.....	266
1. Os modelos funcionalistas.....	267
1.1. O crime fiscal como ofensa à função tributária.....	267
1.2. O crime fiscal como ofensa ao poder tributário	271

	Pág.
1.3. O crime fiscal como ofensa ao sistema económico.....	272
1.4. O crime fiscal como ofensa ao sistema fiscal.....	275
2. Os modelos patrimonialistas	277
3. Outros modelos.....	281
3.1. O crime fiscal como ofensa ao deveres de colaboração, de verdade e transparência	281
3.2. O crime fiscal como crime contra a função social dos impostos.....	284
3.3. O crime fiscal como crime de desobediência	286
4. Posição adoptada	288
§ 10. A dialéctica entre o sistema e o problema: o retorno crítico à «fraude fis- cal» e ao «abuso de confiança fiscal».....	301
§ 11. Considerações finais.....	314
Bibliografia.....	317